

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada, excepcionalmente, em 10 de abril de dois mil e vinte e seis, às 08h30, reunião pelo Google Meet, através da ferramenta de reuniões a distância "Google Meet", pelo link: <http://meet.google.com/yfq-xpva-qrw>, que contou com a participação de conselheiros e ouvintes, conforme registro na pasta reuniões ordinárias no drive do CMDCA. Não houve justificativa de ausência dos conselheiros. **OBJETO/PAUTA:**

**1- Deliberação: 1.1- Aprovação da ata da Reunião Descentralizada em 27 de Março de 2026. 1.2- Indicação de um titular e um suplente para Justiça Restaurativa. 1.3- Indicação de dois (02) representantes - um titular e um suplente - para compor o Fórum Municipal de Educação - FME na condição de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. 1.4- Aquisição de serviço gráfico e demais itens necessários para atividades em alusão ao dia 18 de maio- Faça Bonito no valor de R\$ 7.000,00. 1.5 – Prorrogação do Procedimento Disciplinar nº 01/2026 em razão da substituição da Comissão Disciplinar. 2- Informes gerais.** Sobre a aprovação da ata conforme o item **1- Deliberação: 1.1- Aprovação da ata da Reunião Descentralizada em 27 de Março de 2026.** O presidente do CMDCA Bruno Moralles Vechiatto coloca que a pauta e a ata foram encaminhadas por e-mail e whatsapp. Neste momento alguns conselheiros relatam sobre o envio da pauta por e-mail e WhatsApp, com relatos que não conseguiram localizar os anexos e sugeriram a necessidade de atualização das listas de contato. A ata da reunião descentralizada, realizada em 27 de março na escola Rafael de Oliveira, foi colocada em aprovação e recebeu manifestação favorável e aprovada pelos presentes, com uma abstenção. O presidente do CMDCA Bruno Moralles Vechiatto retoma assuntos da reunião descentralizada e criação de fluxo para devolutivas e fez um balanço da reunião descentralizada na Escola Rafael de Oliveira, destacando o protagonismo dos adolescentes, a qualidade do espaço e, ao mesmo tempo, as carências estruturais e de serviços no território, especialmente mobilidade, saneamento e abastecimento. A mesa diretora propôs que cada reunião descentralizada gere um processo administrativo com ata e despacho para encaminhamento às secretarias responsáveis, com o objetivo de garantir registro formal e devolutiva institucional. Houve debate sobre abrir um SEI por reunião ou um processo único com todos os encaminhamentos; a orientação prática apontou para um SEI único, com as atas sendo anexadas e encaminhadas às unidades pertinentes, para facilitar rastreio e acompanhamento. A Conselheira Patrícia Malite Imperato relatou que os jovens foram orientados sobre direito de petição e receberam apoio para produzir um relato escrito da reunião, com possibilidade de posterior aprimoramento formal-jurídico. Ela também sugeriu levar os adolescentes ao Prefeito para um protocolo formal, como forma de fortalecer a experiência de participação social. A Conselheira Gersa de Oliveira Moura Cardoso trouxe uma reflexão sobre a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a necessidade de as crianças conhecerem seus direitos antes que eles sejam violados. A Conselheira Patrícia Malite Imperato reforçou que se prontificou a oferecer aulas sobre direitos humanos aos jovens, e o grupo convergiu na ideia de que a educação em direitos é central para cidadania e protagonismo. O presidente do CMDCA Bruno Moralles Vechiatto apresentou o conjunto de visitas já realizadas pela mesa diretora, incluindo reunião com a secretária de Educação, com o presidente da Câmara e articulações com Judiciário e Ministério

Público. O objetivo foi apresentar a nova composição do CMDCA, explicitar seu posicionamento ético e político e reforçar que o conselho deseja participar da formulação das políticas públicas, e não apenas ser informado sobre decisões já tomadas. Também foi relatado que a Câmara convidou o conselho para uma Tribuna Livre e que houve entrega da carta de compromisso assinada pelo prefeito, com a intenção de revisá-la e rerepresentá-la em futura reunião com o Executivo. A Conselheira Renata Cristina Oliveira Longui e coordenadora do núcleo de enfrentamento à violência, trouxe dados e preocupações sobre o aumento de acolhimentos institucionais, em especial após as férias escolares, e destacou que a rede vem conseguindo identificar mais situações de violência, mas ainda atua de modo muito reativo. A discussão evidenciou um problema da leitura sobre o acolhimento como primeira alternativa, quando deveria ser medida excepcional, e a necessidade de fortalecer prevenções, fluxos de atendimento, alternativas como família acolhedora e formação continuada dos conselheiros tutelares. Também foi ressaltada a sobrecarga do Conselho Tutelar, que opera com número de conselheiros abaixo do recomendado e enfrenta dificuldades estruturais, inclusive de acessibilidade. A Conselheira Patrícia Malite Imperato lembrou sua experiência na Defensoria Pública e afirmou que o problema central está na interpretação incorreta do ECA, oferecendo-se novamente para capacitar os conselheiros tutelares sobre acolhimento e legislação. Carol informou que, nesta nova gestão, ainda não houve capacitações obrigatórias e que o tema foi cobrado formalmente. O psicólogo Ítalo Gustavo da Costa também relatou que possui materiais de formação e que é possível intermediar conversas com Tribunal de Justiça e Ministério Público para reuniões formativas. O grupo convergiu na necessidade de uma formação contínua, inclusive para a rede toda, e não apenas para os conselhos tutelares. Seguindo para o item de pauta **1.2- Indicação de um titular e um suplente para Justiça Restaurativa** O Conselheiro Ítalo Gustavo da Costa apresentou em detalhes o funcionamento do grupo de Justiça Restaurativa, criado em 2024 com apoio do Ministério Público, e explicou que o CMDCA precisa indicar um titular e um suplente para compor o grupo gestor intersetorial. Ele relatou que o grupo está finalizando o decreto de regulamentação, que existe formação básica financiada pelo MP e que o curso de facilitadores foi aprovado pelo CMDCA, mas ainda aguarda liberação de recursos da Prefeitura. Houve ampla defesa da proposta por parte de Patrícia, Bruno e outros presentes, destacando que a justiça restaurativa pode reduzir violência institucional, promover cultura de resolução de conflitos e ser aplicada em escolas e outros serviços. Patrícia aceitou ser suplente, com a condição de conseguir conciliar com seus compromissos, e o grupo entendeu que a indicação pode ser formalizada com pessoas que ainda precisam concluir a formação básica. Ficando assim, as indicações para a Justiça Restaurativa: Ítalo Gustavo da Costa (titular) e Patrícia Malite Imperato (suplente). Passando para o item de pauta **1.3- Indicação de dois (02) representantes - um titular e um suplente - para compor o Fórum Municipal de Educação - FME na condição de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA** Foi discutida a indicação de representantes do CMDCA para o Fórum Municipal de Educação. A Conselheira Renata Cristina Oliveira Longui, representante da Secretaria Municipal da Educação, explicou que o fórum está em processo de regularização e trata de legislações e temas estruturantes da educação municipal, estadual e das condições de funcionamento das escolas, reuniões com periodicidade mensal. Inicialmente se cogitou a indicação das

Conselheiras Renata Cristina Oliveira Longui, Patrícia Malite Imperato e Rosana Rossi que expuseram limitações de agenda e disponibilidade. Ficou acordado que Renata Cristina Oliveira Longui verificaria com a Secretaria de Educação os horários e a viabilidade das reuniões para tentar viabilizar a participação de alguém do conselho. As conselheiras que **comporão o Fórum Municipal de Educação – FME**: Titular – Patrícia Malite Imperato e suplente: Renata Cristina Oliveira Longui. Sobre o item de pauta **1.4- Aquisição de serviço gráfico e demais itens necessários para atividades em alusão ao dia 18 de maio- Faça Bonito no valor de R\$ 7.000,00**. A Conselheira Daniela Regina Tafarelo Zito relatou como foi a ação do ano anterior no centro da cidade, com caminhada, panfletos, faixas, apoio do trânsito e culminância com crianças e adolescentes, ressaltando a força da mobilização. A Conselheira Renata Cristina Oliveira Longui sugeriu ampliar o trabalho para dentro das escolas, com materiais mais lúdicos e acessíveis às crianças, como fitinhas laranja, cartazes e livros, e não apenas panfletos para adultos. Também foi citada a possibilidade de reaproveitar materiais de anos anteriores e de acionar parcerias para obter itens remanescentes. A Conselheira Patrícia Malite Imperato lembrou do livro “Não me toca, seu boboca” como exemplo de material infantil para tratar do tema de abuso sexual de forma didática, e a Conselheira Larissa Fernandes mencionou outro livro, “A mão boa e a mão boba”, como recurso pedagógico. Foi discutida a necessidade de acesso direto às crianças, já que os panfletos alcançam mais os adultos, e a educação infantil e o ensino fundamental foram apontados como espaços centrais de prevenção. Houve também a sugestão de aumentar o valor reservado, caso o recurso atual não fosse suficiente para contemplar escolas e equipamentos de forma mais ampla, mas essa sugestão foi descartada, pois não teria tempo hábil para o pedido de compras. Após as falas foi aprovada a destinação de R\$ 7.000 para a campanha do 18 de Maio / Maio Laranja, voltada ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sobre a aprovação do item de pauta **1.5 – Prorrogação do Procedimento Disciplinar nº 01/2026 em razão da substituição da Comissão Disciplinar** O Presidente Bruno Moralles Vechiatto trouxe para deliberação a prorrogação do procedimento disciplinar nº 1/2026, explicando que a comissão disciplinar foi substituída com a mudança de gestão e que o caso precisa apenas de finalização formal, embora já esteja praticamente concluído. Após esclarecimentos sobre número de processos em andamento e prazo de encerramento, a prorrogação foi aprovada pelos presentes. Na sequência, foi apontado que, no futuro, seria útil ter dados agregados sobre o território de origem das denúncias, ainda que sem identificação individual, para orientar políticas e formações. O Presidente Bruno Moralles Vechiatto e o Conselheiro Ítalo Gustavo da Costa discutiram a dificuldade histórica de acesso a informações consolidadas sobre a atuação dos conselhos tutelares e a possibilidade de consulta pelo SIPIA. Foi esclarecido que o sistema hoje é acessível via gov.br e que os dados podem ser consultados por tipo de violência, direitos violados e território, com liberação individual. Surgiu a proposta de construção de uma interface ou extrato mais acessível ao CMDCA, sem violar sigilo, para facilitar acompanhamento das demandas e subsidiar o planejamento do conselho. Foi resgatada práticas anteriores em que conselhos tutelares apresentavam, de tempos em tempos, relatórios com quantitativos de atendimentos, acolhimentos e encaminhamentos, inclusive com uso de apresentações em PowerPoint. O Conselheiros Bruno Barbosa e Rosana Rossi defenderam a retomada dessa prestação de contas, especialmente porque a gestão anterior não havia feito esse retorno de forma

sistemática. Ficou sugerido que os conselhos tutelares sejam convidados a apresentar dados e fluxos de trabalho no próximo mês, fortalecendo a proximidade com o CMDCA. Em seguida, a reunião tratou da preparação para a Conferência Municipal, especialmente diante da deliberação recém-recebida e da percepção de que o calendário está apertado. Foi proposta a formação imediata da comissão de mobilização/divulgação, com reunião ainda no mês, para organizar a conferência lúdica e a convencional, definir cronograma, composição e necessidades de recursos. No final dos itens discutidos a Conselheira Patrícia Malite Imperato relatou a visita ao plenário da Câmara, onde foi apresentada pelo vereador Ed Carlos e teve contato com outros vereadores. Ela mencionou a ideia de um evento que reúna escolas e um grupo de voluntariado, em formato semelhante a uma plataforma de apoio comunitário, além do projeto de Câmara Mirim/vereador mirim, cujo evento seria no Teatro Polytheama. O conselho manifestou apoio à iniciativa por considerá-la formativa para crianças e adolescentes e alinhada ao fortalecimento da cidadania. **2- Informes gerais.** O Presidente Bruno Moralles Vechiatto reforçou a necessidade de a próxima reunião já começar com a prestação de contas e com as comissões organizadas, com coordenadores definidos e reuniões preliminares para preparar a pauta da conferência. e que a comissão de mobilização precisa iniciar imediatamente os trabalhos. Houve também a confirmação de inclusão de novos nomes no grupo da comissão. Nada havendo mais a tratar o Presidente Bruno Moralles Vechiatto agradece a presença de todos e encerra a presente reunião. Eu, Sonia Maria Ferraz, Assistente Social e “secretária ad hoc” \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata que, depois de aprovada pela Plenária, segue para assinatura do Presidente do Conselho Bruno Moralles Vechiatto.

**Bruno Moralles Vechiatto**  
Presidente do CMDCA de Jundiaí  
Gestão 2026-2028

**Conselheiros Presentes:**

Bruno Barbosa  
Celina Moraes da Silva  
Cristina Santo Santana  
Daniela Regina Tafarelo Zito  
Gerusa de Oliveira. M. Cardoso  
Ítalo Gustavo da Costa  
Juscilei dos Santos Pimentel  
Larissa Fernandes  
Lucas Anzolin  
Marcia Pavan  
Meire Daiane Aparecida Cesário  
Patrícia Malite Imperato  
Renata Cristina Oliveira Longui  
Rosana Rossi  
Walter Mendes de Oliveira Filho

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
JUNDIAÍ - SP

